

Editorial

Dossiê Ocupações urbanas - Parte II

O segundo número do dossiê sobre ocupações urbanas procura dar sequência ao esforço já realizado no primeiro número de contemplar a diversidade regional e de perspectivas de análise sobre o tema. O propósito assumido é que enfrentar a complexidade do fenômeno passa por considerar a diversidade de experiências sociais, tornando possível respostas articuladas e uma reflexão que elucide os dilemas de nossa sociedade. Assim, se o foco dessa segunda coletânea é o das ocupações organizadas- vistas como formas de resistência a expansão do capital imobiliário e dos processos de produção da segregação espacial nas cidades brasileiras, também incluímos a reflexão acerca de conflitos que – não obstante envolverem a dimensão fundiária – envolvem também aspectos culturais. Não é possível ignorar, mais, a presença de populações indígenas nas cidades do país: em 2000, mais da metade dos municípios brasileiros tinha indígenas habitando suas áreas urbanas. Tal número em 2010 atinge a cifra de 72,4%, em uma média nacional que está longe de ser pequena. Manaus, Rio de Janeiro, Foz do Iguaçu, Dourados, São Paulo, Chapecó, Boa Vista, Recife são alguns dentre tantos centros que têm recebido- indígenas de diferentes etnias, que migram (temporária ou definitivamente) para aí buscarem melhores condições de sobrevivência, em um contexto em que paralisaram-se as demarcações de territórios indígenas e os conflitos fundiários se acirram. Nestes espaços, enfrentam entre outros problemas que compartilham com a classe trabalhadora, a incompreensão linguística e o preconceito étnico. Neste sentido, abrimos esta seção com o artigo sobre um povo indígena que vive em Tocantína versa sobre os fenômenos de contato por meio de uma etnografia da Comunicação. O autor realizou um diagnóstico dos conflitos relacionados à distribuição dos papéis ou funções sociais da língua xerente e portuguesa, dos fenômenos oriundos do contato linguístico, tendo por foco os akwén-xerente que vivem no Tocantins).

O artigo de Denise Nunes De Sordi e Sérgio Paulo Morais analisa as ocupações em Uberlândia no período entre 2000 e 2012. Partindo das trajetórias dos seus moradores, os autores têm como objetivo compreender os processos que envolvem estas ocupações: identificação das suas causas articula-se com a forma como os moradores atribuem significado ao processo por eles vivenciado. O artigo trabalha com fontes orais (as falas dos trabalhadores) e documentais (matérias de jornais e vídeos documentários, produzidos por apoia-

dores do movimento). Ao assumir uma perspectiva de análise que prioriza as experiências dos trabalhadores, suas reivindicações e expectativas, os modos como são por eles sentidas e pensadas as diferentes dimensões de suas vidas implicadas na luta em que se inserem como sujeitos, o artigo permite desconstruir representações correntes de temas como a “luta pela cidade”, a “luta pela reforma urbana”, a “luta”, as “melhores condições de vida” ou “única alternativa de vida” que buscam explicar a ação direta dos trabalhadores(as). Ao captar a riqueza dos processos de ressignificação envolvidos nas lutas por moradia, o artigo põe em destaque outros entendimentos dos trabalhadores acerca dos sentidos de economia, política, de comunidade e de justiça.

Com a preocupação de discutir como a população de baixa renda se organiza para ter acesso à moradia em Campinas, Helena Rizzati analisa, em seu texto, duas das ocupações de terras urbanas ocorridas nesta cidade. Estas ocupações são parte do processo de periferação da cidade, o qual é entendido como resultado de uma urbanização corporativa (no sentido empregado por Milton Santos). No entanto, e nisto reside uma das grandes contribuições do artigo, se as ocupações podem ser analisadas como produto dessa periferação, elas também desempenham um importante papel na resistência ao funcionamento ideal do mercado imobiliário. Uma detalhada descrição do processo de formação dessas duas ocupações, que iniciaram em 1997, a instalação de infraestrutura e de serviços urbanos informais realizadas pela própria população ocupante, a luta pela permanência nesses lugares através do processo de urbanização formal e regularização das áreas (envolvendo o Programa de Urbanização de Assentamentos Precários do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC), as estratégias de organização e os processos de negociação dos moradores, fornecem um quadro dos conhecimentos e saberes acionados pelos moradores que, na visão da autora, afrontam “conscientemente a racionalidade do sistema capitalista”. A análise da autora coloca em relevo as contrarrazões desenvolvidas por esses movimentos nas metrópoles brasileiras e o importante papel de resistência por eles desempenhado nos países do capitalismo periférico.

O objetivo do artigo “Ocupações urbana em Belo Horizonte é a (re)construção espacial da cidade: um estudo de caso da ocupação Camilo Torres” é discutir como as ocupações urbanas desta Região Metropolitana contribuem para a reconstrução espacial da cidade e a emergência da cidadania. Escrito a várias mãos, resultado de uma pesquisa coordenada por Maria Tereza F. Dias, o artigo apresenta uma cartografia social da ocupação, e recorre a metodologia que envolveu uma gama variada de técnicas, desde a análise de processos judiciais até visitas e imersões nas comunidades, entrevista e oficinas (descrita com detalhes pelos autores). Os autores analisam tanto a dinâmica de apro-

priação da cidade pelas ocupações urbanas como a nova dinâmica discursiva do Direito à Cidade, através da escuta atenta da fala dos moradores. Com isso, a pesquisa contribui com o debate urbano contemporâneo sobre as cidades ao evidenciar que as ocupações urbanas redefinem espacialmente a cidade.

O último artigo do dossiê analisa a Ocupação Contestado, ocorrida em São José (SC) na Grande Florianópolis. No primeiro momento é feita uma análise de cunho histórico do processo de segregação socioespacial na Região da capital catarinense, destacando os processos mais recente que levaram a sua consolidação como cidade-mercadoria, noção central no artigo para a caracterização da conjuntura urbana. No segundo momento, os autores trazem à reflexão o caso específico da Ocupação Contestado, expressão da resistência ao processo de segregação urbana. Com base em trabalho de campo realizado junto a Ocupação, os autores apresentam dados da demografia social da ocupação. A caracterização social, econômica e demográfica dos moradores permite articular as experiências destes sujeitos às tendências da dinâmica intraurbana da região. Dados referentes à experiência migratória, problemas de saúde, trabalho, renda e educação foram minuciosamente analisados, possibilitando uma compreensão de quem são os atores sociais que emergem de processos conflitivos numa cidade dominada pelo capital imobiliário.

Dessa forma, a reunião deste pequeno conjunto de reflexões atuais sobre o tema das ocupações urbanas, esperamos ter contribuído com o debate e retratando um pouco das pesquisas sobre esta questão crucial da vida urbana do Brasil contemporâneo.

Carmen Susana Tornquist e Francisco Canella

Universidade do Estado de Santa Catarina

Editores convidados